

**Estratégias de Vivência e de Sobrevivência
em Contextos de Crise:**

Os Mancanhas na Cidade de Bissau

Ficha Técnica

© Nota de Rodapé Edições (2015)

TÍTULO Estratégias de Vivência e de Sobrevivência em Contextos de Crise:
Os Mancanhas na Cidade de Bissau

AUTOR Mamadú Jao

CAPA Joana Almeida

IMAGEM DA CAPA *Nassí Bem ou Rainha do Iran Ben*
Localidade de Bula (2008)

PAGINAÇÃO Joana Almeida

REVISÃO Joelma Almeida

IMPRESSÃO Artipol, Artes Tipográficas Ld^a
www.artipol.net

ISBN 978-989-20-5954-9

DEPÓSITO LEGAL 398153/15

Todos os direitos para a publicação em língua portuguesa reservados por:

© Nota de Rodapé Edições

52 Boulevard du Montparnasse

75015 PARIS (FRANCE)

<http://notaderodapeedicoe.wix.com/notaderodape>

MAMADÚ JAO

**Estratégias de Vivência e de Sobrevivência
em Contextos de Crise:
Os Mancanhas na Cidade de Bissau**

*Dedico este trabalho aos meus queridos avós:
Mamadú Samba Só (Tcherno Samba) & Fatu Soare,
que muito fizeram por mim.*

Agradecimentos

A publicação dos resultados de qualquer projeto de investigação, mesmo os de dimensão mais pequena, requer a participação de uma diversidade de atores. Não obstante, a autoria é atribuída a uma pessoa: o autor do trabalho. O presente trabalho não constitui exceção. Ao longo das cerca de duas décadas que estive envolvido, com propósitos variados, na investigação sobre o grupo étnico mancanha, recebi os mais variados apoios de personalidades singulares, coletivas e instituições, sem os quais seria impossível chegar a este momento. Daí, a profunda gratidão para com todas as pessoas e instituições que, de uma forma ou doutra, tiveram a gentileza de prestar algum apoio no decurso desta caminhada:

Aos colegas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau (INEP) em geral, e à sua Direção em particular, pelas facilidades e incentivos prestados;

Aos mais variados interlocutores do grupo étnico mancanha, sem exceção, pela paciência e disponibilidade de tempo no fornecimento de informações durante os vários anos da investigação.

À equipa do Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) pela colaboração prestada e, em especial, aos professores Clara Carvalho, Eduardo Costa Dias, José Fialho Feliciano, Franz-Heimer, entre outros do Centro de Estudos Africanos, pelos apoios prestados.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e à Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) pelos apoios financeiros, sem os quais este trabalho não teria sido concluído.

Um agradecimento muito especial ao Professor Dr. Ulrich Schiefer, meu orientador e amigo, pela sua disponibilidade de sempre e,

Um manifesto de profunda gratidão para com a *nossa* família em geral, particularmente para com a Caterina, minha companheira, que nunca perdeu a paciência e permaneceu ao meu lado em todo este processo.

Índice

Índice de Ilustrações.....	13
Abreviaturas	15
Glossário.....	17
Prefácio	19
1. Inovações tradicionais: organizações civis de sociedades.....	19
Nota Prévia	27
1. Porquê os <i>macanhas</i> ?.....	27
2. Como surgiu a ideia de um estudo sobre as <i>sociétés mancanhas</i> ? ...	28
Introdução.....	31
1. Objetivos	34
2. Objeto e Hipóteses	35
3. Justificação da Escolha do Tema	35
4. Abordagem Metodológica	36
4.1. Método da pesquisa.....	37
4.2. Técnicas de pesquisa	39
5. Estrutura do Trabalho.....	46
Capítulo I – CONTEXTUALIZAÇÃO	49
1. Caraterização socioeconómica.....	50
1.1. Setor económico	51
1.2. Setor social.....	53
1.2.1. Educação.....	53
1.2.2. Saúde.....	56
2. Caraterização do setor político	60
2.1. A situação política nas zonas libertadas	61
2.2. A situação política no período da independência.....	63
2.3. Guiné-Bissau: um “Estado” autoritário mas “ausente”	66
3. Guiné-Bissau: Que modelo de desenvolvimento?.....	70
Capítulo II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	75
1. Problemática	75
2. Desenvolvimento	78
2.1. O novo desenvolvimento e/ou desenvolvimento alternativo	83
2.1.1. Desenvolvimento Participativo.....	84
2.1.2. Desenvolvimento Sustentável.....	86

2.1.3. Desenvolvimento Humano	87
2.1.4. Desenvolvimento Solidário	89
3. Estratégias de vivência e sobrevivência.....	89
3.1. Economia informal	94
3.2. Rural/Urbano.....	96
4. Crise	100
4.1. Pobreza.....	101
5. Capital Social	104
5.1. A origem do capital social	110
5.2. As funções do capital social.....	110
6. Organizações de base comunitária.....	112
6.1. Sociedade civil	113
7. Etnia.....	115
7.1. O conceito de «etnia».....	120
7.2. Elementos constitutivos do grupo étnico.....	121
7.3. O conceito de etnia em diferentes períodos históricos	123
7.4. Os processos étnicos.....	124
Capítulo III – OS MANCANHAS: Povo e a sua História....	127
1. Resenha Histórica	127
2. Território	135
3. Demografia.....	136
3.1. A população mancanha	138
3.2. Fluxos migratórios mancanhas.....	140
3.2.1. Fluxos migratórios internos	141
3.2.2. Fluxos migratórios internacionais	143
3.2.3. Causas da emigração mancanha	144
3.2.4. Consequência da emigração mancanha	144
3.2.5. Imigração mancanha	145
4. Organização sociopolítica	147
4.1. Estrutura social baseada nos escalões etários.....	147
4.2. Estrutura social baseada na linhagem.....	149
4.3. Organização económica	154
4.4. A importância das crenças sobre a sociedade	156
4.4.1. Área cultural da Região de Cacheu.....	157
4.4.2. Caso específico dos Mancanhas	159
4.4.3. Culto da alma dos antepassados (Ptú)	162
4.4.4. Espiritismo (Unçai).....	164
4.4.5. Choro e toca-choro	167
Capítulo IV – O PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL: A EXPANSÃO DO SETOR INFORMAL E O EMPREENDEDORISMO DA MULHER GUINEENSE.....	177
1. Ambiente de negócio e fileira de alguns produtos comercializados	181
2. A história e a expansão do setor informal	186
3. As “Bideiras”.....	192

3.1. A génesis do termo “ <i>bideira</i> ”	192	
3.2. Quem são as <i>bideiras</i> ?	193	
3.3. As principais atividades das <i>bideiras</i>	194	
3.3.1. Venda de comida	196	
3.3.2. Comércio de peixe	199	
3.3.3. Comércio de frutas	201	
4. A relação entre as <i>bideiras</i> e as autoridades do Estado	202	
5. As fontes de financiamento do setor informal	203	
 Capítulo V – AS ORGANIZAÇÕES DE BASE COMUNITÁRIA: AS <i>SOCIÉTÉS</i> MANCANHAS EM BISSAU		205
1. A Cidade de Bissau	205	
1.1. Bairros de instalação dos mancanha: Belém, Luanda e Calequir	206	
1.1.1. Belém	207	
1.1.2. Luanda	208	
1.1.3. Calequir	209	
2. As <i>sociétés</i> mancanhas na Cidade de Bissau	209	
2.1. Origem	211	
2.2. Geografia	213	
2.2.1. Africa N'gana/Nô djunta mon	214	
2.2.2. Bambote	214	
2.2.3. Na bika Nghal	216	
2.2.4. Pkumel	217	
2.3. Caraterização dos membros	220	
2.3.1. Origem geográfica: o <i>continuum</i> rural/urbano	220	
2.3.2. Composição sexual	221	
2.3.3. Composição étnica	223	
2.3.4. Escalões etários	224	
2.3.5. Nível de instrução	225	
2.3.6. Principal ocupação profissional	227	
3. Organização e funcionamento das <i>sociétés</i>	235	
3.1. Modo de funcionamento	240	
3.2. As relações de poder no interior das <i>sociétés</i>	245	
3.3. Os domínios de intervenção	245	
4. Estratégias de vivência, sobrevivência e reprodução social dos membros das <i>sociétés</i>	247	
4.1. Estratégia de diversificação de atividades ou poliatividade ..	248	
4.2. Estratégia de dispersão dos membros da família	249	
4.3. Entreajuda	250	
Conclusão	253	
Bibliografia	259	

Índice de Ilustrações

1. Caixas

Caixa 1 – Dados biográficos de uma dona de <i>Iran</i> na localidade de Bula.....	166
Caixa 2 – A história de Mirci Luis Mancebo	233
Caixa 3 – A história de Elizabete Carinton.....	234

2. Figuras

Figura 1 – Compreendendo o interface rural-urbano	99
Figura 2 – Palhota da namaka	132
Figura 3 – Pedra sagrada para proteção da Morança do Régulo (também local de culto)	133
Figura 4 – Pedra protetora da comunidade (também local de culto)..	133
Figura 5 – O Régulo de Bula (Falecido em julho de 2007)	153
Figura 6 – O Rito de entronização de um <i>Bansungbā</i>	154
Figura 7 – Configuração de um <i>B'dig</i>	155
Figura 8 – Habitação de um professor de etnia mancanha	159
Figura 9 – <i>Ptú</i> de uma família mancanha.....	162
Figura 10 – Uma mulher a celebrar uma cerimónia junto de um <i>Ptú Napena</i>	162
Figura 11 – Local de <i>Ptú</i> na localidade de Bula	162
Figura 12 – Baloba (<i>Unçai Bem</i>)	165
Figura 13 – <i>Nasí Bem</i> ou Rainha do <i>Iran Ben</i>	166
Figuras 14-17 – <i>Toca-choro</i> dos mancanhas	171
Figuras 18 – <i>Toca-choro</i> dos mancanhas	172
Figura 19 – Ambiente de comercialização de comida.....	196
Figuras 20 – Exposição de peixe para venda	200
Figura 21 – Bideiras a venderem frutas	202
Figura 22 – Codificação da língua mancanha	219
Figura 23 – Manual da língua mancanha	220
Figuras 24 – Panorama de um toca-choro mancanha	225
Figura 25 – Membros de uma família tratando campo hortícola	231
Figuras 26 – Comercialização de produtos hortícolas, Mercado de Bandim.....	232
Figura 27 – Reunião dos membros da <i>société</i> da comunidade mancanha	237
Figura 28 – Um agente da polícia.....	237
Figuras 29 – Fim do ritual de <i>Catassa</i> numa tabanca mancanha	238

Figura 30 – Régulo mancanha reunido com os seus principais colaboradores	239
Figura 31 – Panorama de um <i>toca-choro</i> mancanha com três bombolons.....	243

3. Gráficos

Gráfico 1 – Grupo étnico da primeira esposa do inquirido	223
Gráfico 2 – Nível de instrução.....	226
Gráfico 3 – Principal ocupação profissional.....	227

4. Mapas

Mapa 1 – Distribuição étnica na Guiné-Bissau	49
Mapa 2 – Divisão Político-administrativa da Guiné-Bissau	50
Mapa 3 – Os Regulados da Região dos Manjacos e Mancanhas	128
Mapa 4 – O Território do Sector Administrativo de Bula.....	135
Mapa 5 – Movimentos migratórios no território da Guiné.....	143
Mapa 6 – Organização administrativa da Guiné-Bissau com destaque para a área da cultura brâme (Regiões de Biombo e Cacheu)..	158
Mapa 7 – Os bairros de Belém, Luanda, e Calequir na Cidade de Bissau	206

5. Quadros

Quadro 1– Distribuição da população nativa por grupos étnicos em 1928	137
Quadro 2 – Distribuição da população mancanha em 1950.....	141
Quadro 3 – Relação dos régulos mancanhas no Regulado de Bula	152
Quadro 4 – Atividades de geração de rendimentos em Bandim	197
Quadro 5 – Evolução da população de Bissau e dos três bairros em estudo.....	206
Quadro 6 – Distribuição dos membros das <i>sociétés</i> nos bairros de Bissau, 1980.....	213
Quadro 7 – Distribuição dos membros das <i>sociétés</i> nos três bairros, 2006	213
Quadro 8 – Distribuição dos membros das <i>sociétés</i> nos três bairros, 2006	216
Quadro 9 – Atividades primárias e secundárias dos entrevistados	249
Quadro 10 – As condições de habitação dos inquilinos.....	250

Abreviaturas

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ANP	Assembleia Nacional Popular
BM	Banco Mundial
CEPAL	Comissão Económica para a América Latina
EBC	Ensino Básico Elementar
EBC	Ensino Básico Complementar
ES	Ensino Secundário
FAO	Fundo das Nações Unidas para a Alimentação
FASR	Programa de Facilidade do Ajustamento Estrutural
FLING	Frente de Libertação da Guiné
FMI	Fundo Monetário Internacional
INEC	Instituto Nacional de Estatística e Censo
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
ISCTE	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
OGE	Orçamento Geral do Estado
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
OUA/UA	Organização da Unidade Africana/União Africana
PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
PAIGC	Programa Africano de Independência da Guiné e Cabo-Verde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PDRI	Programa de Desenvolvimento Rural Integrado
PIB	Produto Interno Bruto
RDN	Rádio Difusão Nacional
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

Glossário

Bantabá	Expressão em crioulo que significa lugar de encontro e de passatempo das populações rurais
Baguitche	Planta hortícola
B'dig	Parcela de terra para a agricultura
Bideira	Mulher que se dedica ao pequeno negócio informal
Bolanha	Terrenos alagados de cultivo do arroz
Chão	Território étnico
Djambakus	Curandeiro
Djila	Comerciante ambulante
Choro	Cerimónia fúnebre
Citi burmedju	Óleo de palma
Djakatu	Produto hortícola
Fufú	Comida preparada a partir de farinha de milho
Homens grandes	Anciões importantes
Intentona	Quando alguém é acusado, sem fundamento, de estar a organizar uma rebelião contra o poder instituído
Móni	Espécie de papa preparada à base de milho ou arroz
Kandja	Produto hortícola
Lumo	Feira popular rotativa semanalmente
Netetu	Produto preparado a partir da alfarroba
Regulado	Organização territorial tradicional
Régulo	Chefe de regulado
Tabanca	Povoação de tipo tradicional
Toca-choro	Cerimónia pós-fúnebre
Tóri	Comida preparada a partir de farinha de mandioca
Um tiro	Comer uma refeição por dia
Unçai (Iran Crioulo)	Espírito
Nassí	Expressão mancanha (Régulo em Português)

Prefácio

1. Inovações tradicionais: organizações civis de sociedades

La urbe moderna no es una ciudad, es una enfermedad.

Nicolás Gómez Dávila

Para muitos países, supostamente em vias de desenvolvimento, e ainda para mais sociedades, a questão de desenvolvimento parece cada vez mais afastada, menos realista e menos relevante. Os fracassos da modernização pós-colonial, operados e condicionados pelo complexo desenvolvimentista internacional e pelos seus aliados nacionais, imitações das burocracias coloniais sobrepostas pelas “novas elites de poder”, remeteram a questão para discursos oficiais que já não inspiram confiança. Entretanto, a insecuridade alimentar aumenta, a simplicidade da vida no campo é substituída pela pobreza urbana, as perspectivas futuras diminuem ou são inexistentes. Consequentemente, as migrações, forçadas ou não, assolam cada vez mais as sociedades e contribuem para a crescente anomia que há muito passou de um estado nas franjas de sociedades em mudança para um processo dinâmico, que assola especialmente os espaços urbanos, mas não só.

O desenvolvimento global – originalmente concebido como uma expansão dos modelos de produção industrial e dos seus mercados para todo o globo, e, associados a esta expansão, o estabelecimento da dominação dos padrões burocráticos de organização – só funcionou em certas áreas geográficas, e, mesmo nestas, só parcialmente. À superioridade deste modelo, manifesta na produção desenfreada de bens e no aumento da capacidade destrutiva, corresponde a um desprezo generalizado, implícito ou explícito, por outras formas de organização das sociedades não-industrializadas que abrangem uma boa parte da humanidade. A força destes modelos somente entra na percepção global quando se manifesta como desafio – em forma de resistência, violenta ou não. Mesma nas sociedades não industrializadas as organizações do modelo moderno ou perimoderno conseguem captar a atenção pública quase toda.

As expectativas implícitas e as promessas de salvação ligadas à libertação do colonialismo foram goradas. As incorporações de um futuro melhor, tanto na forma do “Partido” como do “Estado”, desestruturaram-se e frustraram todas as tentativas de desenvolvimento das sociedades que conquistaram. Estas instituições transétnicas modernas, cozidas à pressa. Não raras vezes, produtos de guerras demoradas e destruidoras, e sem profundidade histórica, são parcialmente baseadas numa *mimikry* da administração colonial.

As condições macropolíticas e macroeconómicas, orquestradas historicamente pela organizações de Bretton Woods, impostas por uma panóplia de “atores”, armadas com *hard power* e *soft power* e, em parte, criadas no local pelo “complexo da cooperação para o desenvolvimento,” que surge como vanguarda da expansão do modelo industrial mundial, levaram a processos de autodestruição assistida de muitas sociedades agrárias africanas que viram desaparecer uma parte substancial da sua produtividade e, não menos importante, assistiram a uma redução significativa da capacidade de socialização das suas futuras gerações.

A desacreditação da cooperação internacional parece quase total. A estratégia de desenvolvimento, embora ainda mantida ao nível do discurso e na propaganda (“objetivos do milénio”, etc.), mudou. Foi substituída na realidade, a nível internacional, por estratégias de contenção para tentar manter a paz, evitar a criação de bases regionais para o terrorismo internacional e controlar as migrações intercontinentais. Estas estratégias de contenção estão igualmente condenadas ao fracasso, que, aliás, já se manifesta. Do lado das elites de poder nacionais, a estratégia mudou para uma corrida frenética de modo a atrair o famigerado investimento estrangeiro direto, que se concentra na exploração dos recursos naturais, minerais e outros, como se os efeitos nefastos e frequentemente catastróficos sobre muitas sociedades não estivessem em evidência. Dadas as oportunidades que oferecem às elites de poder nacionais e internacionais e os seus efeitos positivos sobre as estatísticas económicas, senão sobre as economias produtivas reais, estes investimentos provavelmente condicionarão o futuro próximo de muitas sociedades africanas. A sua natureza técnica permite o seu funcionamento em condições muito adversas a quase todos os níveis.

A engenharia social, operada através de intervenções de uma profusão de organizações chamadas de sociedade civil, sob o lema de desenvolvimento, que visava a mudança da organização societal em todos os níveis, com discursos do desenvolvimento humano, ecológico, sustentável, etc., não produziu igualmente muitos sucessos evidentes. A multiplicidade de organizações de cariz perimoderno, criadas pelas agências internacionais que constituem uma paisagem organizacional própria e que não têm vida própria sem as suas ligações financeiras, não produziu desenvolvimento, nem organizações sustentáveis. Serviu basicamente para apropriar os fundos que as próprias agências internacionais não consumiram.

As numerosas tentativas de organizações peri-modernas – como igrejas, comunidades urbanas, organizações internacionais de advocacia, etc. – para invadir o espaço de produção do sentido, embora consigam captar muitas almas, fracassam amplamente na integração dos membros das sociedades agrárias em dissolução. Estas organizações, nomeadamente as de cariz religioso diverso, funcionam quase todas nas mais diversas arenas de reconstituição de comunidades sociais. O seu número crescente pode servir de indicador para o enfraquecimento das sociedades agrárias tradicionais. Contudo, elas não podem, por definição, criar um contexto integral, inclusivo e multidimensional de vida que qualquer sociedade

agrária proporciona aos seus membros e que produz em quase todos que as largam, a sensação de perda que frequentemente se manifesta em nostalgia.

O grande e persistente debate sobre a sociedade civil nos países africanos ignora, de forma consciente ou não, as sociedades étnicas e foca, quase exclusivamente, nas “organizações da sociedade civil”, que, regra geral, são importações, metástases dos complexos desenvolvimentistas e humanitários que só conseguem funcionar dentro de uma economia dissipativa. Grande parte da investigação é condicionada pelos complexos de intervenção, que, pelos princípios do seu funcionamento universal, têm de ignorar as especificidades das sociedades que supostamente servem de objeto nas suas intervenções benevolentes. A investigação, portanto, foca nas instituições peri-modernas e nas organizações que supostamente representam as sociedades chamadas civis, mas que, de facto, representam os seus protagonistas e as suas aspirações, não obstante a advocacia internacional.

Até as ciências sociais, especialmente as partes condicionadas pelos complexos, parecem cada vez menos interessadas em estudar “sociedades”, especialmente quando se trata de sociedades estruturadas por princípios mais antigos de auto-organização, nomeadamente, a etnicidade que, implícita ou explicitamente, serve para explicar inúmeros males modernos. Quanto mais importante é a etnicidade para as sociedades, mais anátema parece nos discursos modernos. A manifestação cultural da etnicidade, muitas vezes na vertente folclórica, só é tolerada, ou até promovida, em sociedades onde a etnicidade perdeu a sua força organizativa real.

O discurso político nacionalista pós-independência baseou-se na negação total da etnicidade – numa tentativa de construir um “estado-nação” conforme o modelo europeu do século XIX. Qualquer referência ao “étnico” foi reprimida, muitas vezes de forma violenta. Aqueles que desafiavam o poder central eram apelidados de “tribalistas” e sujeitos a repressão.

O exercício do poder moderno, pós-colonial, de forma mais ou menos oculta, sempre se baseou, na prática dos seus dirigentes, no étnico como princípio de organização societal. Dentro dos aparelhos partidários e estatais, centrais e regionais, as etnias lutaram – e continuam a lutar – pelo controlo e acesso aos recursos. A arte de dominação política implicava sempre gerir as alianças interétnicas para manter um certo equilíbrio nos aparelhos. Onde estas tentativas fracassaram, os conflitos manifestaram-se, muitas vezes, de forma violenta. Contudo, ainda hoje, o discurso oficial nega, ou depois de experiências pouco positivas, volta a negar esta realidade. Para etnias fracas cujas alianças interétnicas perderam a sua força, não parece muito aconselhável falar em organização étnica.

O *agenda-setting* internacional não deixa de ter efeitos sobre muitas boas cabeças. As condicionantes externas dos “estudos”, com o seu *fast in, fast out* – também conhecido como *fly in, fly out* -, são um bloqueio efectivo a uma compreensão das sociedades.

O fracasso completo das élites modernizantes e do Estado remete a iniciativa e cria espaço para as sociedades mais antigas – a disfuncionalidade das dimensões modernas coletivas inter-sociais gera um vácuo que reforça a tensão entre vivência e sobrevivência e obriga a uma revisita dos conceitos básicos.

Parece essencial a investigação tentar compreender quais as condições necessárias para o surgimento de novas formas de (auto-) organização depois do fiasco quase completo produzido pelos modelos importados e impostos. Ao mesmo tempo, convém descobrir como as sociedades podem adaptar-se e gerir o declínio generalizado que resulta dos fracassos acumulados das tentativas de desenvolvimento externamente induzido.

Quais são, portanto, os condicionantes externos e internos que libertam o potencial organizativo inovador existente em sociedades não industrializadas de cariz étnica? E qual é, exatamente, este potencial?

As sociedades étnicas, defende Sigrist, são sociedades que se autoorganizam dentro de um quadro formal de nexos sociais, codificado num esquema genealógico, derivado da crença de linhas de descendência comum e que se manifestam espacialmente.

A reorganização urbana e, também, internacional de espaços étnicos é sempre um processo incompleto e fluído. A mundivivência, originalmente condicionada por um dado território, contestado ou não, perde esta dimensão espacial. Consequentemente, as outras dimensões tornam-se mais importantes. Num contexto de migração, e não só, as sociedades são constituídas em primeiro lugar através do seu contexto de comunicação, isto é, através da sua língua e dos códigos de comunicação. Obviamente, o espaço perdido de origem é idealizado.

Os fracassos cumulativos de modernização – para algumas sociedades, ainda mais destrutivos do que os seus supostos sucessos que implicavam a sua destruição e transformação – provocaram nestas sociedades processos de autoaprendizagem. Estes processos caracterizam-se pela sua profundidade, pela sua prudência evidente e pela sua flexibilidade, que permite adaptações rápidas na superfície e sugere uma certa lentidão no que diz respeito a mudanças estruturais. O pragmatismo é inerente a, e constitutivo de, sociedades cuja vivência integra o visível com o invisível e o sagrado com o profano e que vivem num contexto natural, societal e político onde os erros se pagam caro.

Os processos de aprendizagem resultam de confrontos com realidades múltiplas e diversas, locais, regionais, nacionais e internacionais. De igual modo, introduzem conhecimentos, capacidades e técnicas culturais, adquiridos nas últimas décadas em contextos mais abrangentes, como por exemplo, elevadas qualificações literárias e a dominação da escrita, da contabilidade, etc., por muitos. Não é por acaso que muitos expoentes da defesa da cultura, da língua e da tradição, são professores do ensino moderno.

A sensação de ameaça da coesão social é real. A coesão social é mais do que uma metáfora; é um princípio de funcionamento real que permite o acesso a todos os tipos de recursos, tanto a indivíduos como a grupos, dentro de unidades de vivência, cada vez mais fragmentadas.

O diagnóstico da ameaça sucede, portanto, nos ambientes onde ela é mais forte, em comunidades de emigrantes e em comunidades urbanas transtornadas, onde se manifesta a alienação como fenômeno que acompanha não somente a emigração, mas a desintegração das sociedades agrárias de origem.

O papel da diáspora parece crucial na medida em que está exposta na primeira linha à ameaça da mundivivência: o seu foco na cultura e na língua bem como as suas capacidades de comunicação em contextos externos complexos informam e inspiram a análise das comunidades rurais e urbanas. A diáspora, também, pode experimentar e observar as realidades de outras sociedades que já avançaram mais no caminho da dissolução e os efeitos nefastos que isso provoca. Na diáspora, igualmente, aparecem as tensões e os conflitos típicos intergeracionais que resultam de uma quebra na passagem – direta das tradições que acontecem com algum desfasamento nos migrantes urbanos, onde é gritante a diferença – da apropriação das tradições (língua, valores, comportamentos, normas, etc.) entre pais e filhos. A perda da identidade social apresenta-se, regra geral, como conflito inter-geracional, que se manifesta, por exemplo, na quebra da transmissão das línguas de origem aos filhos, que preferem uma integração no novo *milieu*, mesmo que tal implique a perda da língua dos seus antepassados, que constitui um pilar fundamental da identidade étnica.

A reflexão sobre o percebido défice, originando na sensação da perda, remete para uma compreensão mais profunda da própria sociedade. O que parece “natural” ao membro da sociedade ganha um significado diferente quando visto de fora. A ressocialização num contexto social diferente, normalmente acompanhado por fortes dissonâncias cognitivas, abre uma nova perspectiva de compreensão da sociedade de origem, mesmo que esta seja muitas vezes sobre carregada com nostalgias e idealizações diversas.

A vivência num espaço partilhado multi-étnico, a experiência da dispersão num contexto inter-societal, pode acelerar a dissolução ou a adaptação, mais ou menos, forçada dos grupos fracos a modelos de grupos dominantes, não obstante a quase lendária resiliência dos grupos que conseguem manter a sua identidade em circunstâncias adversas. Em vários contextos isso pode levar a uma idealização da sociedade de origem que é dotada das qualidades imaginadas – onde frequentemente são escondidas as razões que levaram à emigração – ou provocar uma “idealização com o agressor” no novo contexto da vida.

As sociedades étnicas percebem as sociedades como étnicas. São étnicas por dentro e são étnicas para fora.

A destruição dos contentores étnicos, operada através de processos lentos e pouco visíveis, em sociedades fracas e pequenas, em circunstâncias que não lhes permitem a sua dissolução pacífica e a sua integração, individual ou coletiva, em entidades mais abrangentes, provocam frequentemente tentativas de reparação. Estas tentativas, por regra, são idealizadas como reformas, como regressos a tempos idos, igualmente idealizados com os seus valores de respeito, reciprocidade, confiança e solidariedade, vivenciados num *milieu* circunscrito e familiar.

O contentor étnico, pelo menos nos casos de sucesso, já que os casos de insucesso têm pouca visibilidade, demonstra uma grande capacidade de autoreparação quando furado.

Nos processos de aprendizagem as sociedades revelam uma capacidade adaptativa de auto-organização, que fez da sociedade étnica agrária africana (e não só) um modelo organizacional de grande sucesso durante alguns milénios.

A constituição das novas organizações de vivência e sobrevivência baseia-se em princípios organizativos muito antigos, em valores e padrões de comportamento igualmente antigos e validados pela experiência. Revela, ao mesmo tempo, uma perspetiva estratégica abrangente e uma finura tática.

A sua criação pressupõe a descoberta de um espaço aberto na paisagem organizacional existente, ocupado por organizações representantes e financiadas pelos complexos internacionais, organizações internacionais presentes no local, organizações do “Estado”, organizações criminosas, nem sempre distinguíveis das do Estado, e por outras organizações da mesma estirpe. A deslegitimização das instituições estatais, bem como a pressão internacional, retira alguma eficácia ao Estado na repressão de organizações espontâneas. A fraqueza da repressão transforma-se, deste modo, numa certa liberdade para a criação de organizações de tipo constituição livre.

A legitimização étnica das novas organizações – só não visível para quem não a quer ver –, manifestada num contínuo rural-urbano e transfronteiriço que liga as novas organizações às sociedades de origem e que é sancionada pelas instituições tradicionais, permite uma proteção adicional. Consegue evitar ataques através da ameaça implícita, nunca revelada, de sanções espirituais, e não só, das instâncias tradicionais. A integração da continuidade societal de *milieus* diversos, manifesta nestas organizações, ultrapassa, portanto, largamente a defesa do acesso aos recursos e a sua recombinação para compensar flutuações conjunturais e geográficas.

A dimensão das novas organizações permite a sua gestão sem interferir com estruturas tradicionais étnicas mais abrangentes, mas é bem maior que as “famílias alargadas” e, por conseguinte, mais adequadas aos desafios do contexto disfuncional e caótico urbano. O aumento das pressões obriga as famílias urbanas, alargadas ou não, a procurar complementos de maior dimensão para funcionar melhor como unidades de sobrevivência.

A perspetiva é de reforma, de reconstituição da solidariedade prática real vivida, e, certamente também idealizada, da aldeia. Foi encontrado e definido um espaço, de diferentes projeções geográficas, de atuação e de organização, que não entra em conflito com a estrutura tradicional (linhagem, regulado), mas está inteiramente sancionado, podendo, desta forma, mobilizar reforços. Do mesmo modo, as organizações procuram sempre não constituir uma ameaça aos poderes que dominam a arena pública (“Estado”). Não tentam participar na esfera pública moderna, nem fazem tentativas de influenciar a política nacional.

Numa imitação do discurso oficial, mesmo as instituições puramente étnicas insistem que não o são e preferem manter a ficção da não-eticidade. A funcionalização da etnicidade para fins políticos está sempre bem presente, bem como as suas potenciais consequências.

Trata-se, objetivamente, de uma inovação institucional e organizacional. E, como em outros casos, o regresso objetivo constitui o progresso objetivo. Estas inovações organizacionais não se deixam influenciar pelas bizarrias das tentativas externas de *capacity building* das últimas décadas cujos únicos efeitos parecem ser o aumento das capacidades destrutivas e repressivas.

A novidade não consiste na integração de formas não tradicionais de gestão (fardas, títulos, forma escrita de gestão, etc.) que são adaptados de forma eclética – com um subtil distanciamento irónico – dos adereços de cena dos estados modernos. Trata-se, no fundo, de uma *mimikry* da *mimikry*. Os mecanismos essenciais de gestão são, contudo, tradicionais, como por exemplo a gestão das trocas, dos créditos, da resolução de conflitos e dos mecanismos de recrutamento, etc.

A magia da magia é complementada, ainda que não completamente substituída, pela magia inerente a algumas formas modernas. Não se trata de uma substituição dos ritos de iniciação. Estes acontecem, também, em contextos urbanos, porém numa versão “*light*” e sem conferir toda a validade original, que só pode ser adquirida nos lugares sagrados. A forma escrita dos registos, a formalidade das cerimónias e rituais, complementam as formas antigas, como a presença física, a participação ativa, etc., na produção de confiança como mecanismo eficaz de redução de complexidade e de garantia de reciprocidade que é fundamental para “resolver problemas”. “Resolver problemas” é a chave redutora, enigmática e significativa, que alude a confluência dos fatores externos que definem a precariedade da existência. Esta existência é, contudo, a existência social mais do que a mera existência física e implica, principalmente, a capacidade de cumprir as obrigações que daí advém. A preocupação de uma pessoa adulta, e, por conseguinte, responsável, prende-se com os recursos que são essenciais para as exigências do seu contexto social, o que lhe permite evitar a “vergonha” e atingir o estatuto social que corresponde, *mutatis mutantis*, a “*dignitas*” dos romanos.

As organizações novas são autênticas e autopóeticas, autodeterminadas, nasceram sem apoio externo, que nem sequer procuraram, e vivem sem reconhecimento internacional de que, igualmente, não carecem.

Estas organizações persistem por longos períodos, constituindo, portanto, na linguagem corrente dos desenvolvimentistas, exemplos de sustentabilidade. Trata-se de inovações que acontecem sem qualquer tipo de intervenção externa de foro ideológico, financeiro ou de engenharia social, sem ser alvo das modas do desenvolvimento internacional. São genuinamente internas, e, por isso, permitem tirar algumas conclusões.

É um facto que esta inovação organizacional acontece debaixo do radar da cooperação internacional para o desenvolvimento, portanto, sem conhecimento das agências desenvolvimentistas. Mas, e isso parece bastante mais importante, permite descobrir a auto-organização das sociedades rural-urbanas em contextos de crise. Permite um olhar sobre as necessidades reais sentidas e sobre possíveis caminhos para frente, portanto, as prioridades das sociedades em mudança rápida forçada. Demostra, igualmente, que os perdedores da modernização, intentada mas fracassada, sobre a bandeira do desenvolvimento, conseguem mobilizar recursos organizativos a um nível intermédio.

Contudo, o reservatório da resiliência das sociedades específicas, o seu cariz étnico, constitui também o seu principal limite, bem como um dos seus perigos básicos num contexto urbano-rural onde as organizações trans-étnicas (“Estado”) não conseguem produzir os serviços mínimos para o funcionamento de sociedades multi-étnicos confinados num espaço urbano, como, p. ex. segurança, ordenamento territorial, justiça, serviços coletivos, etc.

A existência de organizações de certas etnias pode estimular ou provocar a criação de organizações correspondentes de outras etnias com os mesmos ou com diferentes objetivos.

No nexo urbano interétnico facilmente aparecem declives, o potencial de conflitos é bastante elevado e organizações de cariz étnica sempre correm o perigo de serem mobilizadas por fações políticas nas suas lutas, frequentemente violentos, pelo poder.

O surgimento de outras formas de auto-organização, menos pacíficas, pode igualmente conduzir a uma remodelação e a um reposicionamento estratégico dentro de uma conjuntura interétnica fluída. O percurso de grupos autoorganizados de vigilantes para garantir a segurança das vizinhanças para autênticos *gangs* urbanos que atuam num espaço urbano político-criminoso-violento já contribuiu para transformar muitas cidades em infernos para os seus habitantes. Portanto, o notável potencial organizacional pode ser usado para fins positivos, mas corre igualmente o perigo de ser instrumentalizado para fins nefastos.

Tanto mais importante parece o papel das antigas e das novas organizações étnicas pacíficas que existem para combater o declínio das sociedades agrárias, para reforçar a sua cultura, para evitar que as tradições se percam em espaços urbanos, e, simplesmente, para resolver problemas dos seus membros.

Nota Prévia

Procurarei nesta nota prévia tratar duas questões que, a meu ver, poderão contribuir para o melhor enquadramento do contexto em que foi preparado e executado este projeto de pesquisa. A primeira questão trata-se do “porquê da opção por um projeto de investigação sobre os mancanhas?”. A segunda versa sobre o “porquê da escolha do tema das *sociétés* como principal objeto de análise no quadro deste projeto de investigação?”.

1. Porquê os *macanhas*?

A opção por estudar uma etnia diferente na Guiné-Bissau tem uma história que remonta há mais de duas décadas, precisamente a 1986, quando era ainda estudante na Cátedra de Etnografia na Universidade Estatal de Moscovo (Lomonossov). Quando decorria um seminário de especialidade sobre estudos africanos, o tutor do seminário, Professor Gromov, afirmou que era muito frequente os especialistas africanos que estudam África se dedicarem ao estudo das suas próprias etnias, enfatizando as vantagens e desvantagens desse tipo de estudos. A ideia de estudar algo diferente, mas ainda muito longe da ideia de estudar os mancanhas, surge nesta altura.

Em Junho de 1988, concluído o curso de graduação, regressei à Guiné-Bissau. À semelhança dos estudantes recém-chegados do estrangeiro, a minha preocupação prendia-se com o enquadramento no mercado de trabalho. Na altura, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), fundado em 1984, era um centro relativamente jovem. Não obstante os seus quatro anos de vida, já possuía grande eco dentro e fora da Guiné-Bissau no campo de investigação. Era conhecido, sobretudo, pelas suas publicações, em particular pela *Revista de Estudos Guineenses*, mais conhecida por nome de *Soronda*, cuja primeira edição foi em 1986. O INEP já fazia parte das instituições de maior procura para enquadramento por parte dos recém-licenciados da área das ciências sociais.

Em Agosto de 1988, contactei o Instituto pela primeira vez. O Dr. Carlos Lopes, o seu fundador, ainda dirigia o instituto, propôs que preparasse e submetesse uma candidatura. Optei pelos mancanhas como tema de investigação. Havia convivido com o grupo durante dois anos, no exercício das minhas funções de professor de ensino secundário, entre 1980 e 1982.

Preparei um projeto de investigação intitulado “A Etnodemografia dos Mancanha”, que resultou na publicação de vários artigos e constituiu a base da tese de mestrado sobre “As experiências de desenvolvimento

rural integrado na Guiné-Bissau: o caso do PDRI Zona I" (Bula), tese defendida no ISCTE em 1994 e publicada pelo INEP em 1999.

2. Como surgiu a ideia de um estudo sobre as *sociétés* mancanhas?

O tema das organizações informais de base comunitária – as *sociétés*, no caso específico dos mancanhas – começou a despertar a atenção e interesse do autor desde a primeira metade da década de 1990, aquando da preparação de uma dissertação para a obtenção de grau de mestre em Estudos Africanos no Centro de Estudos Africanos (CEA) do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). Na altura, o tema da investigação relacionava-se com as experiências da Guiné-Bissau na implementação de Programas de Desenvolvimento Rural Integrados (PDRI). A dissertação tinha como título: "Intervenção Rural Integrada: A Experiência do Norte da Guiné-Bissau". O objeto de análise incidia sobre um dos maiores programas de intervenção rural aplicados no país desde a conquista da independência política: O Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da Zona I, comumente conhecido na Guiné-Bissau com a designação de PDRI Zona I. Um programa financiado, em grande parte, pela cooperação sueca, num valor que ultrapassava os trinta milhões de coroas suecas, durante cerca de dez anos.

O trabalho de terreno efetuado no quadro da referida pesquisa decorreu fundamentalmente no Sector Administrativo de Bula, um dos cerca de quarenta sectores que compõem a Guiné-Bissau, região natural dos mancanhas.

Fui confrontado pela primeira vez com o termo *société* quando assisti a um ato ceremonial, denominado *Ulém*, organizado pelos próprios mancanhas junto da residência do *Nassí* principal (régulo principal), na localidade de Bula. Após a participação no ato, publiquei um artigo sobre o referido ceremonial intitulado "Ulém: aspectos da vida social dos Mancanha"¹, na revista do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau, onde referi, pela primeira vez, ao tipo de organização que os mancanhas designam de *société*.

Durante os três dias da cerimónia estiveram presentes vários agrupamentos de pessoas, homens e mulheres, que se distinguiam pela cor dos uniformes. Cada grupo ocupava o seu próprio espaço, com cânticos e danças. Existia um verdadeiro ambiente de competição entre grupos. A curiosidade de perceber mais sobre os grupos fez com que dirigisse questões a alguns participantes do ato. Pouco depois, houve quem informasse que os grupos recebiam a designação de *société*. Talvez para uma melhor compreensão, um interlocutor tentou descrever o fenómeno um pouco mais em profundidade, dizendo que se tratava de uma espécie de

¹ Jao, M.. Aspectos da vida social dos Mancanha: a cerimónia de Ulém. *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*. 1992, nº 13, pp.59-66.

manjuandas do povo mancanha. Mais tarde, fui informado que os agrupamentos não só vinham das diferentes zonas de concentração do povo mancanha dentro do território da Guiné-Bissau, mas também dos países vizinhos, do Senegal em particular.

O segundo momento em que tive contacto direto com o fenómeno *societé* foi durante uma visita a várias tabancas (aldeias rurais), habitadas por populações mancanhas. Durante essa viagem, comecei a aperceber-me de que, ao lado das centenas de associações normalmente designadas associações de tabanca, criadas com o incentivo dos técnicos do Programa na zona de intervenção, existia outro tipo de organizações nunca consideradas pelos agentes do chamado Programa de Desenvolvimento Rural Integrado. Daí, não constarem das agendas de intervenção do mesmo. Os técnicos do Programa não conheciam sequer esse tipo de organizações.

A partir dessa altura, comecei a prestar mais atenção ao tema. Mais tarde, fui confrontado novamente com a abordagem das *sociétés*. Nos últimos anos, tomei conhecimento que a *societé* não era só um fenómeno rural, mas também um fenómeno urbano.

Tracei de modo sumário o historial aproximativo da razão pela qual optei pela análise do fenómeno *societé*, nomeadamente como porta de entrada para estudar as estratégias de vivência e de sobrevivência das populações africanas, habitantes dos espaços urbanos em contextos de crises profundas, e pela escolha de uma comunidade específica como objeto de análise: a comunidade mancanha na cidade capital da Guiné-Bissau (Bissau).

Introdução

O fim da Segunda Guerra Mundial foi um marco importante para o início de uma nova etapa nas relações internacionais. Entre os elementos que contribuíram para criação de novas bases de relacionamento entre os povos na arena internacional figura a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, imediatamente após o fim da Guerra Mundial II e a diversidade de instituições afins (i.e. instituições de Bretton Woods).

A ideia de necessidade de ajuda ao desenvolvimento surge com o desfecho da guerra, inicialmente sob a forma de ajuda à reconstrução das destruições provocadas pela guerra na própria Europa (Plano Marshall) e, mais tarde, já com propósitos diferentes dos subjacentes à criação do Plano Marshall e estendendo-se o seu raio de ação a outras partes do mundo. No fim da guerra, dois fatores foram identificados como constrangimentos maiores ao progresso dos povos: (i) a falta de liberdade de cada povo para definir o seu próprio destino e a (ii) falta de meios materiais e humanos para a edificação de sociedades de abundância, entendido na altura como suficiente para cada povo criar as condições de uma vida digna.

No quadro das Nações Unidas foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos que, em vários momentos, reafirma *«o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis como fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo»*².

Com base nesses fundamentos, os povos que se encontravam sob o domínio de outros povos começam a organizar-se em forma de movimentos reclamando os seus direitos à autodeterminação. Os frutos desses movimentos não tardaram. Em relação ao continente africano, duas colónias proclamaram as suas independências política: o Gana (1957) e a Guiné-Conacri (1958).

Os anos sessenta viriam a ser internacionalmente proclamados como a década das independências em África. A maioria dos países que compõem o continente, até aqui sob o domínio de diferentes potências coloniais, acedeu às suas soberanias políticas, permanecendo sob dominação colonial apenas um número reduzido de países africanos, entre os quais as antigas colónias de Portugal, nomeadamente a Guiné-Bissau. A conquista das independências políticas dos territórios outrora colonizados permitiu ultrapassar uma das supostas barreiras à construção de uma vida melhor para as populações dos referidos territórios, ou seja, o direito à sua autodeterminação. Ultrapassada essa fase, a agenda da “comunidade

² Declaração Universal dos Direitos do Homem de 10 de Dezembro de 1948. *Diário da República*, I Série, n.º 57, de 9 de Março de 1978.

internacional” vem renovar as esperanças não só da possível erradicação da pobreza, mas também da promoção do desenvolvimento nos territórios das antigas colónias. Com o sistema das Nações Unidas na vanguarda, a agenda transforma-se na luta contra o subdesenvolvimento.

A década de 1960 é declarada “década de desenvolvimento do continente africano”, iniciando-se o programa de ajuda ao desenvolvimento: ajuda material, financeira e humana, esta última sob forma de assistência técnica e formação de quadros. Tal engajamento da “comunidade internacional” vem renovar as esperanças não só da possível erradicação da pobreza, mas também da promoção do desenvolvimento nos territórios das antigas colónias, os quais serão designados de “países em via de desenvolvimento”.

Após um período relativamente curto de sinais positivos dos indicadores económicos dos referidos países, inicia-se uma fase prolongada de queda gradual no crescimento das economias não só a nível do continente africano, mas no conjunto dos países considerados subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento.

De acordo com o Banco Mundial, o desempenho das economias dos países em desenvolvimento sofre uma quebra: o crescimento médio anual de 6% entre 1960 e 1973 baixa para menos de 2% em 1982³. A tendência para as baixas taxas de crescimento do PIB prosseguirá até à atualidade. A média da taxa de crescimento do PIB no continente africano é de 1,8 % entre 1990-1992⁴. Além disso, o fosso entre países ricos e pobres e no interior de cada país tende a acentuar-se cada vez mais: «*o fosso do rendimento entre os mil milhões de seres humanos mais ricos e do igual número entre os mais pobres que estimava de 1/30 em 1960 cresceu para 1/150 em 1990*»⁵.

O número de pobres aumenta não só nos chamados países em vias de desenvolvimento, mas também nos países entendidos como desenvolvidos. Hoje, estima-se que cerca de um terço da população mundial – ou seja, cerca de dois mil milhões de seres humanos, um pouco por todo o mundo, vive em condições de miséria absoluta (com menos de dois dólares americanos por dia), com base nos critérios de organizações tais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁶.

A quebra da dinâmica de crescimento económico, acrescida dos efeitos da inadequada administração dos recursos colocados à disposição pela “comunidade internacional” para a promoção do desenvolvimento, afeta negativamente as condições de vida das populações. Hoje, organizações internacionais como o Banco Mundial, reconhecem que, de um modo geral, os africanos continuam tão pobres como há mais de 30 anos,

³ Banque Mondiale. *Rapport annuelle*. Washington: Banque Mondial, 1993, p.32.

⁴ Idem, *ibidem*.

⁵ Bolouvi, W.. *Quel développement pour l'Afrique subsaharienne?*. Paris: L'Harmattan, 2007, p.49.

⁶ Ziegler, J.. *Les nouveaux maîtres du monde et ceux qui leur résistent*.: Éditions Fayard, 2002, p.15.

senão ainda pior⁷. Para Manuel Castells, no inicio da década de 1960, os africanos usufruíam de melhores condições de vida que atualmente⁸.

Durante muito tempo, a questão do desenvolvimento foi entendida como um problema dos países pobres da África, da Ásia e da América Latina. Por conseguinte, as primeiras reflexões em torno a essa temática foram orientadas principalmente para a situação inquietante das condições de vida dos povos desses territórios. A discordância entre a utopia e a realidade dos factos, refletida na incapacidade da “comunidade do desenvolvimento” em melhorar as condições de vida da esmagadora maioria das populações dos países em vias de desenvolvimento, não passou despercebida. Não tarda, a situação começa a suscitar vozes de protesto sobre, numa primeira fase, alguns aspectos do paradigma do desenvolvimento então dominante: o paradigma da modernização. Só mais tarde, a partir dos finais da década de 1980, um posicionamento mais firme é assumido contra o modelo neoliberal de desenvolvimento, que dominou por várias décadas. Até então, a maior parte das vozes contestatárias defendia a necessidade de introduzir reformas no paradigma existente. Serão os percursores do designado paradigma do pós-desenvolvimento a adotar uma perspetiva mais revolucionária no início da década de 1990. Os defensores das teorias da dependência, do sistema-mundo, entre outras, devem ser entendidos neste contexto. É nesse sentido que Prah sustentava que a maioria das vozes da periferia não era mais do que extensões ideológicas das abordagens propostas pelo Ocidente⁹.

Nem os percursores da teoria da dependência, nem os protagonistas da Teoria do Sistema-Mundo, protestaram contra o desenvolvimento por via do crescimento económico contínuo ou contra o desenvolvimento por via da industrialização e do progresso tecnológico. Os pontos críticos incidem sobretudo sobre o tipo de enquadramento a que as economias do chamado mundo em desenvolvimento eram votadas no sistema da economia mundial. Manifestavam descontentamento em relação às desvantagens sofridas pelos países pobres em relação aos países considerados ricos no sistema das trocas comerciais, situação que, segundo as mesmas, constituía uma das principais causas da estagnação económica dos países pobres. A década de 1970 representa, de certa forma, um ponto de viragem significativo nas reflexões sobre o tema do desenvolvimento, mas com as suas limitações. A ideia sobre a necessidade de promover um tipo de desenvolvimento diferente foi, talvez, a contribuição teórica mais importante dada pelos promotores da teoria do desenvolvimento alternativo e/ou novo desenvolvimento.

⁷ Banco Mundial. *África Subsaariana: crise até ao crescimento sustentável. Estudo de uma perspetiva de longo prazo*. Washington, D.C.: Banco Mundial, 1989, p.1.

⁸ Castells, M. et al.. *Conversas com Manuel Castells*. Porto: Campo das Letras, 2004, p.137.

⁹ Prah, K.. Classes, Ideologia e Prática do Desenvolvimento em África. *Revista Internacional de Estudos Africanos*. 1990, n°12-13, p.180.

Com a proposição de autores como François Perroux, de que o verdadeiro desenvolvimento deve ser “Global” “Integrado” e “Endógeno”¹⁰, o conceito do desenvolvimento ganha novas dimensões, comparável à dimensão económica, até então entendida não só como predominante, mas também, de certo modo, exclusiva durante várias décadas. Esta nova perspetiva de análise sobre a noção de desenvolvimento viria a confrontar-se com um problema a nível da sua aplicação prática. Por isso, o presente trabalho defende que, embora as teses sobre o desenvolvimento alternativo possam ser consideradas, de certa forma, um avanço importante em termos de reflexões sobre o conceito do desenvolvimento, não significa que a prática do desenvolvimento tenha deixado de ser exclusiva.

O presente trabalho debruça-se, de forma crítica, sobre a temática do desenvolvimento. O seu autor tentará fundamentar a tese da intervenção do desenvolvimento como uma prática de permanente exclusão, partindo de uma análise da natureza da intervenção entre os chamados agentes do desenvolvimento e uma população geograficamente determinada, que são os mancanhas na capital guineense (Bissau), assim como da tese da necessidade de os atores considerarem as sociedades, e não os projetos, como centro das suas ações¹¹. De igual modo, procurará demonstrar como a população mancanha conseguiu organizar-se, através das suas instituições tradicionais e demais redes de solidariedade, para fazer face às adversidades com que se confrontaram em diferentes momentos da sua vida, tais como a crise do desenvolvimento e o processo da urbanização, no quadro da globalização em curso.

Com efeito, a pergunta que orienta a presente investigação é a seguinte: Quais as estratégias de vivência e de sobrevivência e de reprodução social que os mancanhas residentes na cidade de Bissau adotam para fazerem face à situação de profunda e prolongada crise, que afeta o dia-a-dia das suas vidas?

1. Objetivos

Com efeito, o autor pretende com esta investigação:

contribuir para uma melhor compreensão das dinâmicas sociais em curso na África Ocidental, em geral, e na Guiné-Bissau, em particular;

- discutir, de forma crítica, a problemática do desenvolvimento do meio urbano (avanços, recuos e principais pontos de estrangulamento), a partir da realidade da Guiné-Bissau;
- concorrer para o aprofundamento dos conhecimentos sobre as organizações urbanas de base local na África, em geral, e na Guiné-Bissau, em particular: história, natureza, características, funções,

¹⁰ Perroux, F. *Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, p.370.

¹¹ Schiefer, U. *Integrated evaluation of change: A new perspective for planning and evaluation in multiple intervention environments*. Lisboa: Periplo, 2008, p.13.

- especialidades e as relações com o Estado e a “comunidade de desenvolvimento”, em geral;
- e dar maior visibilidade à comunidade mancanha, privilegiando aspectos da sua história, organização sociopolítica, económica, mobilidade espacial e luta pela sobrevivência enquadrada no atual contexto do país.

2. Objeto e Hipóteses

O principal objeto de análise deste estudo é as *sociétés* mancanhas na cidade de Bissau. Essas representam um tipo de organizações tradicionais rurais dos mancanhas adaptado às novas condições do meio urbano¹². A análise das *sociétés* é aqui realizada com duplo objetivo: primeiro, como unidades de proteção social dos seus membros e, segundo, através da análise dos seus membros, como porta de entrada para procurar compreender as demais estratégias individuais e coletivas adotadas pelos elementos da etnia mancanha residentes na cidade de Bissau para fazerem face à profunda e prolongada crise económica e financeira que se vive na Guiné-Bissau em geral, e no meio urbano particular.

Este estudo foi realizado com base nas seguintes hipóteses de partida:

- **Hipótese 1** – Os meios de vida da maior parte dos elementos da etnia mancanha residente na cidade de Bissau neste momento não dependem de rendas provenientes de um emprego formal, mas sim, da combinação de várias atividades (pequenas, grandes, formais e informais) de que se ocupam diariamente, particularmente as mulheres e as crianças.
- **Hipótese 2** – Apesar das organizações de base local (tipo *société*, no caso dos mancanhas) continuarem a desempenhar um importante papel no alívio das dificuldades de vida das populações africanas (rurais e urbanas), estas continuam a existir sem apoio, nem reconhecimento, por parte das autoridades do Estado e dos agentes do complexo desenvolvimentista internacional. O isolamento dessas organizações face às instituições oficiais constitui a principal razão da sua eficácia e resiliência no tempo.

3. Justificação da Escolha do Tema

Quatro motivos levaram o autor deste trabalho a escolher este tema para a sua dissertação de doutoramento:

Primeiro, interesse académico. Há mais de uma década que estuda a comunidade mancanha. Numa primeira fase, os estudos incidiram principalmente sobre os aspectos históricos, organização social e meio rural. Este último aspeto em articulação com a intervenção de projetos de desenvolvimento. Tratando-se de uma população essencialmente rural,

¹² Cfr. ponto 2.6 para definição de *société*.

os estudos realizados, até ao momento têm incidido sobre o meio rural. Sem descurar do espaço rural, dado ao contínuo espaços rural-urbano em que se move a população mancanha, com esta análise pretende-se valorizar o meio urbano na ligação existente entre esses espaços. Desta forma, serão aprofundados igualmente os conhecimentos sobre a população mancanha;

Segundo, inexistência de estudos sistematizados sobre a etnia mancanha;

Terceiro, a escassez de estudos específicos sobre as populações urbanas na Guiné-Bissau. Tal facto é mais notório quando se trata de aspectos relacionados com os *modus vivendi* dos grupos étnicos específicos. Os poucos estudos existentes nesse domínio estão desatualizados ou são demasiadamente genéricos. Entre as poucas exceções nesse sentido, podemos mencionar o trabalho de J.E. Kasper, publicado em 1995 com o título: «Existenzsichernde Strategien in einer westafrikanischen Stadt»¹³, que trata um tema muito próximo ao do presente estudo, mas com diferença de enfoque. O presente estudo analisa um grupo étnico específico (a população mancanha da cidade de Bissau), ao passo que o enfoque do estudo de Kasper é mais abrangente, ou seja, incide sobre a cidade de Bissau. Ilda Lourenço-Lindell também trabalhou este tema na sua tese de doutoramento, intitulada «Walking the Tight Rope, Informal Livelihoods and Social Networks in a West African City». A problemática principal da sua análise é o processo de informalização da economia e o papel do chamado sector informal na mobilização de meios de vida por parte dos cidadãos de Bissau ao longo do tempo. Cada um dos enfoques tem as suas vantagens e desvantagens, conforme será demonstrado adiante (ver método de pesquisa).

Quarto, possibilidade dos resultados deste tipo de estudos contribuir para uma melhor compreensão da realidade urbana e, consequentemente, reorientar o trabalho dos planificadores, dos governantes e, de um modo geral, dos intervenientes do desenvolvimento no sentido de uma maior adaptabilidade e operacionalidade das suas ações, contribuindo para uma maior eficácia dos programas de desenvolvimento e, consequentemente, de combate à pobreza, assim como para a criação de condições para o bem-estar individual e coletivo dos cidadãos do continente africano, em geral, e da Guiné-Bissau, em particular.

4. Abordagem Metodológica

Definir uma metodologia de trabalho no quadro de um projeto de pesquisa social e científica é tratar de um processo de análise sistemática e crítica dos pressupostos, princípios e procedimentos lógicos que moldam a dinâmica da investigação que se pretende levar a cabo¹⁴.

¹³ T.A. «Bissau: estratégias de sobrevivência numa cidade da África Ocidental».

¹⁴ Lima, M... *Inquérito sociológico: problemas de metodologia*. 3^a Edição, Lisboa: Editora Presença, 1987, p.10.

A metodologia, segundo João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto, é entendível como «arte de aprender a descobrir e analisar os pressupostos lógicos implícitos da investigação, de forma a pô-los em evidência e a sistematizá-los»¹⁵.

Várias outras definições de metodologia de pesquisa científica existem. A panóplia de definições tem um denominador comum que se pode resumir da seguinte forma: a ideia de processo de reflexão, de um vaivém mental durante o qual o pesquisador procura desenhar o seu quadro estratégico de investigação, está presente implícita ou explicitamente.

Durante a referida fase, o investigador clarifica para si os instrumentos ou técnicas de recolha de informações pertinentes e o seu respetivo aparato tecnológico. Deste modo, é pertinente clarificar, antes de mais, o sentido dos conceitos de método e técnica no quadro de um projeto de investigação científica.

4.1. Método da pesquisa

Greenwood chama a atenção para a necessidade de, em qualquer trabalho de investigação científica, os métodos e as técnicas a utilizar serem adequados à natureza dos problemas em estudo¹⁶.

O autor identifica três procedimentos lógicos de métodos de investigação empírica: experimental, de medida (ou análise extensiva) e de caso (ou análise intensiva)¹⁷. O primeiro tem como principal objetivo a realização de observações e a recolha de dados com vista à comprovação da existência de uma relação causal entre dois fatores; o segundo método traduz-se na observação, através de questões diretas ou indiretas, de populações relativamente vastas, a fim de obter respostas suscetíveis de serem manejadas mediante uma análise quantitativa; e, finalmente, o terceiro, o de caso ou análise intensiva, consiste no exame intensivo, tanto em amplitude como em profundidade, utilizando uma multiplicidade de técnicas de recolha de informações, com base numa amostra bem selecionada de acordo com um determinado objetivo, com o objetivo último obter uma ampla compreensão sobre o objeto de estudo¹⁸.

Nesta perspetiva, após uma análise aturada sobre a natureza da matéria em estudo, correlacionada com os objetivos almejados pelo mesmo, optou-se por privilegiar o último método. As motivações que determinaram tal opção foram as seguintes:

Primeiro, a complexidade do tema e o fato de ser um estudo pioneiro no contexto do meio urbano da Guiné-Bissau;

Segundo, o facto de permitir a combinação, em simultâneo ou de modo sequencial, de várias técnicas de recolha de dados. Esta possibilidade de poder combinar várias técnicas de recolha de informações no

¹⁵ Almeida, J. e Pinto, J. *A investigação nas ciências sociais*. 4^a Edição, Lisboa: Editorial Presença, 1990, p.19.

¹⁶ Greenwood, E.. Métodos de investigação empírica em sociologia. *Análise Social*. 1965, n.º11, p.3135.

¹⁷ Ver também Almeida, J. e Pinto, J. *op. cit.*, p.86.

¹⁸ Greewood, E. *op. cit.*, p.315.

processo da sua pesquisa não só permite diversificar as fontes de informação, mas também cria oportunidade para a comparação, consolidação/validation das informações recolhidas a partir de diferentes fontes, dando assim uma maior consistência à base de dados enquanto suporte de suma importância para qualquer processo de investigação que aspire a cumprir com o máximo de rigor os requisitos que um projeto de investigação científica coloca. No entanto, como qualquer outro, o método de estudo de caso tem as suas vantagens e desvantagens, por exemplo, respetivamente, reduzida abrangência e recurso contemporâneo a várias técnicas complementares de recolha de dados, que podem ser utilizadas quer sucessivamente, quer de forma simultânea) e incidência do enfoque sobre identidades de pequena dimensão (tipo etnia, etc.) em detrimento das análises sobre grupos de maior dimensão (em defesa de uma abordagem mais holística, ou seja, a sociedade como um todo). É uma discussão ainda em curso entre os estudiosos, em particular os que se dedicam à análise das sociedades africanas onde a teia das relações transcendem largamente o círculo dos principais grupos estruturantes da sociedade (a família, o bairro, a etnia, etc.). Naturalmente, os estudos com enfoque na etnia como objeto de estudo podem ser limitativos.

Não obstante, há ainda que considerar o enfoque a nível geográfico. Confrontamo-nos com o mesmo tipo de problemas em análises de realidades ao nível “local”, “regional”, “nacional” e “internacional”. Esse problema coloca-se cada vez mais, sobretudo, no contexto de um mundo cada vez mais globalizado, onde aumenta a fluidez entre fronteiras. Nessas condições, o investigador não deixa de estar confrontado com opções, por vezes, difíceis de resolver. Se o enfoque sobre unidades de análise de maior dimensão apresenta as suas vantagens em relação ao que se poderia entender como ideal, coloca frequentemente dificuldades operacionais quando se trata de estudos que privilegiam unidades de análise de dimensões mais pequenas (por exemplo a etnia). Estes últimos podem ser limitados em termos de abrangência, mas, em contrapartida, podem ser vantajosos na sua operacionalização.

Trata-se também de um problema de delimitação do campo da pesquisa. Há quem aponte três níveis de delimitação de uma investigação: i) delimitação em relação ao objeto da investigação, ii) delimitação em relação ao campo da investigação e iii) delimitação em relação ao nível da investigação¹⁹.

A delimitação em relação ao objeto da investigação consiste «na escolha de maior ou menor número de variáveis que intervém no fenômeno a ser estudado»²⁰. A delimitação em relação ao campo de investigação abrange dois aspectos, a saber: a) o limite temporal, ou seja, em que espaço de tempo em que o estudo vai ser realizado; e b) o limite espacial, relativo aos limites espaciais do estudo. Por último, o terceiro nível de delimitação de uma

¹⁹ Marconi, M. A.; Lakatos, E. M., *Técnicas de pesquisa*, 2^a Edição, São Paulo: Editora Atlas, 1990, p.27.

²⁰ Ander-Egg, 1978 citado por Marconi, M. A.; Lakatos, E. M., *Técnicas de pesquisa*, 2^a Edição, São Paulo: Editora Atlas, 1990, p.27

investigação, depende, em parte, do próprio nível da investigação, que para o seu proponente passa por três estádios: exploratório, investigação e comprovação de hipóteses.

Uma das críticas dirigíveis ao presente estudo é que, dado a complexidade das redes de relacionamento das populações urbanas no continente africano em geral e na Guiné-Bissau em particular, dificilmente se pode estudar com êxito um assunto como o proposto para análise, ou seja, “estratégias de vivência e de sobrevivência urbanas de uma população urbana” com enfoque étnico. Se, por um lado, esta preocupação faz sentido, por outro, não se deve perder de vista a sua relatividade. Tudo depende da natureza das ambições que o investigador dá prioridade. Esse é, na maioria das vezes, forçado a optar em função das vantagens e desvantagens que essas opções implicam para a pesquisa.

O fator étnico aparece por arrasto neste estudo. A principal unidade de observação eleita é as *sociétés*, ou seja, organizações de base local criadas por iniciativas de elementos de uma etnia determinada: os mancanhas. Contrariamente às declarações prestadas pelos interlocutores durante a fase da pesquisa exploratória, observou-se *a posteriori* a existência de coincidência entre a filiação nos agrupamentos e a pertença ao grupo étnico mancanha, testemunhado pelos resultados do inquérito aplicado no quadro do próprio estudo. A extensão de mobilização para o agrupamento em torno a uma causa depende frequentemente do que se pretende defender. Se se trata de questões meramente económicas, é mais fácil mobilizar elementos provenientes de grupos socioculturais diferentes. O caso dos mancanhas possui uma especificidade a ter em conta: a natureza sociocultural, ou seja, a defesa do património cultural do povo mancanha está entre as motivações que estiveram na origem das *sociétés* em Bissau. Se é verdade que não seria difícil mobilizar membros de outras etnias para organizar um sistema de *abota*²¹, teríamos com certeza menos entusiastas fora do grupo no que concerne à defesa especificamente da língua do povo mancanha no meio urbano. Tal pode explicar, em parte, a opção por um enfoque na etnia neste estudo.

4.2. Técnicas de pesquisa

A recolha das informações que sustentam o estudo obedeceu ao critério de interdisciplinaridade. Por conseguinte, recorreu-se a uma variedade de instrumentos e/ou técnicas de recolha de dados, como a pesquisa bibliográfica, a entrevista aberta e/ou semi-dirigida, inquérito por questionário, a observação *in loco*, a história de vida e a fotografia.

A pesquisa bibliográfica serviu para a obtenção de informações a partir de fontes escritas, muito úteis não só para a fase de formulação do

²¹ Uma prática de quotização monetária (mais frequente entre as mulheres organizadas por vizinhança ou outras formas) em que os membros beneficiam, de forma rotativa, de um determinado montante. A frequência com que recebem varia em função do número de membros. Os montantes recebidos são utilizados muitas vezes como um fundo inicial de pequenos negócios.

projeto de pesquisa, mas também para as fases seguintes. No caso específico, a pesquisa bibliográfica decorreu na Guiné-Bissau e em Portugal. Na preparação do presente estudo foi aproveitada grande parte das informações recolhidas, numa primeira fase, entre 1988 e 1991, no quadro de um projeto pessoal de investigação sobre “a etnodemografia dos Brames ou Mancanha” e, numa segunda fase, entre 1992 e 1994, quando da preparação da dissertação de mestrado sobre o tema “Intervenção Rural Integrada: a experiência do norte da Guiné-Bissau”.

A informação escrita sobre a população mancanha da Guiné-Bissau pode ser apresentada em três fases: a primeira, remonta ao século XV, e inicia-se com os primeiros contactos entre africanos e europeus na costa ocidental africana. Os trabalhos desse período foram efetuados, na sua maioria, por pessoas não especializadas que, por uma razão ou outra, passaram por essa região na época, na sua maioria, viajantes que ao longo das suas caminhadas registavam alguns aspetos da vida dos povos com que se deparavam.

Os primeiros registos sobre o povo mancanha, na altura integrado numa população mais vasta, o Brâme, da qual fazem parte os atuais povos Manjaco e Pepel, datam do século XV. De acordo com as informações disponíveis, o primeiro registo sobre o grupo Brâme pertence ao viajante André Álvares d’Almada em *Tratado breve dos Rios da Guiné* (1594). No Capítulo IX da sua obra, Almada descrevia:

«Do Cabo Roxo para dentro, o qual está em 12 graus, correndo dele para Sul, vão os Felupe, de que já tratamos, os quais correm até confinarem com os Buramos, que povoam assim pela banda do Norte do Rio chamado de S. Domingos, como o lado do Sul. E este reino dos Buramos com que confinam é muito grande. Primeira povoação sua está como 8 léguas da entrada da barra ao longo deste rio dito, chamado por outro nome o de Farim, o qual corre ao longo dela e vaça pela mesma barra»²².

Não temos conhecimento de qualquer trabalho da época com uma análise aprofundada sobre a história dos povos da costa. Os autores limitaram-se apenas ao registo da existência de uma ou outra população que encontravam ao longo do seu percurso. Os buramos não constituem exceção nesse sentido. Entre os autores que deixaram registos sobre esse período merecem destaque, por exemplo, Valentim Fernandes (1506-1510), cuja obra de referência é *Description de la Côte* (Senegal au Cap de Monte, Archipels), Duarte Pacheco Pereira (1506-1508) com *Esmeraldo de Situs Orbis, Côte occidentale d'Afrique du Sud Morocain au Gabon*, Diogo Gomes (finais do século XV) com *De la Première Découverte de la Guinée*.

A segunda fase inicia-se com a implantação das potências coloniais em diferentes territórios do continente africano, no princípio do século passado. Por razões de ordem estratégica, as potências colonizadoras

²² Almada, A.. *Tratado Breve dos Rios de Guiné*. ed. Luís Silveira, Lisboa: [s.e.] 1946, p. 44-45; Carreira, A.. A etnonímia dos povos de entre o Gâmbia e o estuário do geba. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1964, vol. XIX, n° 75, p.259.

necessitavam de aprofundar os conhecimentos sobre os povos com quem mantinha ligações, o que conduziu, no quadro da política da administração colonial, à realização de estudos mais aprofundados sobre os povos das colónias. Em relação à Guiné, este tipo de preocupação começou a ter lugar mais ou menos a partir dos anos vinte do século passado. Em 1924, foi realizado o primeiro recenseamento da população da então Província da Guiné Portuguesa. O documento resultante desse censo não só mostra a complexidade do mosaico étnico da colónia, mas também o peso demográfico de cada etnia e o seu espaço de localização. Um total de onze grupos étnicos é identificado no território da Guiné. O grupo mancanha era composto por 35.472 indivíduos em todo o território da então Guiné portuguesa²³.

A partir da década de 1940, com o surgimento de uma publicação regular sobre os diferentes aspectos da vida dos povos da colónia e da administração colonial, o *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, começa uma nova vaga de publicações sobre a vida e cultura das diferentes etnias da Guiné. Apesar da relativa melhoria em termos de produção de conhecimentos sobre os povos da Guiné, a maior parte dos estudos continua a ser realizada por pessoas sem especialização na área das ciências sociais, tais como por administradores, chefes de posto ou outros servidores da administração colonial que, pelo contato permanente que mantinham com uma ou mais etnias, começaram a manifestar interesse em aprofundar os seus conhecimentos sobre um ou vários aspectos da vida desses povos, publicando, muitas vezes, artigos no *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Nesse grupo figuram autores como Eduíno Brito, João Basso Marques, Francisco Artur Mendes, António Teixeira da Mota e António Carreira. À semelhança da primeira fase, uma característica que se denota nos estudos desta segunda fase é o facto da origem da maioria dos autores ser estrangeira: numa primeira fase por europeus e, mais tarde, por africanos de origem mestiça, na sua maioria cabo-verdianos. Além disso, a maior parte dos registos existentes sobre os diferentes grupos étnicos foi realizada no quadro de estudos genéricos. Contudo, surgem estudos específicos sobre a vida de povos concretos com títulos como, por exemplo, “Vida Material dos Brâmes” (1948), de Francisco Artur Mendes, “Aspectos demográficos dos Balantas e Brâmes do território de Bula (1953), de Eduíno Brito, “Manjacos-Brâmes e Balantas -aspectos demográficos” (1967), António Carreira, entre outros.

A terceira, e última, fase historiográfica sobre os macanhas começa com a conquista da independência política da Guiné-Bissau (1974). A principal novidade consiste na participação dos guineenses no coletivo de pesquisadores sobre o seu país. Desde o ano da Independência à data, foram publicados poucos estudos sobre os mancanhas, mas das poucas publicações existentes a maioria são da autoria de guineenses. É de referir os interessantes trabalhos efetuados no quadro dos programas de pesquisa da escola de formação de professores “Máximo Gorki”, sediada

²³ Castro, *Anuário da Província da Guiné*. Bolama, 1925, p.194.

primeiro em Có e, mais tarde, em Bula (região dos mancanhas) durante a segunda metade da década de 1970 e a primeira metade da década de 1980. No quadro dessas pesquisas foram recolhidos dados importantes sobre a história étnica dos mancanhas²⁴ por alguns pesquisadores guineenses com interesses sobre o povo mancanha como, por exemplo, o Padre Domingos de Fonseca, que orienta a sua investigação para uma perspetiva de análise mais virada para os aspetos simbólicos da vida dos mancanhas, o que está bem patente no trabalho intitulado “Os Mancanha”²⁵, e o segundo por Mamadú Jao. Este último recorre a um enfoque histórico-antropológico²⁶.

Uma característica comum aos trabalhos até aqui realizados é a ausência quase total de reflexões sobre o modo de vida das diferentes etnias no contexto urbano da Guiné Bissau. A insuficiência de informação escrita sobre o sujeito em estudo fez com que o levantamento de informações primárias fosse muito importante para complementar das informações necessárias. Por se tratar de um grupo étnico predominantemente de tradição oral, a *entrevista* foi identificada como um instrumento de recolha de informação por excelência. As entrevistas começaram a ser realizadas logo após a revisão bibliográfica e preparação no terreno das condições necessárias para a sua realização com uma certa segurança. Conscientes de que a segurança na recolha de dados só podia ser alcançada após a criação de relações de confiança com as entidades a entrevistar e com o meio envolvente em geral, dedicámos tempo à criação e/ou alargamento de toda uma rede de relações e de confiança que nos permitisse uma melhor inserção no meio. É pertinente realçar que a criação dessa rede só foi possível depois de um período de longa permanência e de contactos com vários elementos pertencentes ao grupo étnico em causa. A nossa permanência anterior de três anos (1980 – 1982) como docente do segundo ciclo do ensino básico na região dos mancanhas facilitou, de alguma forma, o trabalho. Foi necessário apenas reativar essa rede de relações anteriores – antigos colegas professores pertencentes ao grupo étnico mancanha, antigos alunos e demais conhecidos, passível de fornecer algum apoio. Entre os antigos colegas professores, havia quem tivesse participado no grupo de pesquisa da escola de formação de professores anteriormente referido e que, por isso, já conheciam algumas personalidades detentoras de informações sobre o grupo étnico mancanha (régulos, chefes de tabanca, entre outras). Com o apoio de amigos,

²⁴ Ver *Pesquisa histórico-geográfica sobre o povo Brâme*. Bissau: Centro Maximo Gorki, 1979.

²⁵ Fonseca, D.. *Os Mancanha*. Bissau: Ku si Mon Editora, 1997.

²⁶ Ver Jao, M., Estrutura social e as relações de poder entre os Brâmes ou Mancanhas. *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*, Bissau. 1989, n°8, pp.47-61; Jao, M.. *op. cit.*, 1992; Jao, M.. poderes » no período de transição. In: Falali, K.e Mendy, P. K.. *Pluralismo político na Guiné-Bissau*, Bissau: *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa*, 1996, pp.123-33. Jao, M.. Ethnical origin and migration among the Mancanha of Guinea-Bissau. In: Gaillard G., dir.. *Migrations anciennes et peuplement actuel des côtes guinéennes*. Actes du colloque international de l'Université de Lille I, les 1-3 décembre 1997. Paris: Harmattan, 2000, pp.215-222.

identificou-se os potenciais entrevistados. Cada contacto com uma personalidade começava por uma apresentação do investigador por parte do acompanhante, seguindo-se uma apresentação sumária do projeto e do tipo de apoio que se esperava que os interlocutores fornecessem. Este processo foi também facilitado pelo facto, como é hábito afirmar na Guiné-Bissau, de os mancanhas, devido ao seu reduzido tamanho, se conhecerem praticamente todos. Todos os contactos eram entre “tios e sobrinhos, entre cunhados ou entre irmãos”. Após essa fase de preparação, o trabalho de campo foi iniciado.

O trabalho de recolha de dados primários teve início no último trimestre de 1988, por ocasião da formulação do primeiro projeto de investigação sobre a população mancanha, processo que continuou até à data. Privilegiou-se sempre a entrevista semi-dirigida, principalmente por este tipo de entrevista ter a vantagem de oferecer maior possibilidade de interação entre o entrevistador e o entrevistado, ou seja, é um tipo de entrevista que permite a participação ativa dos atores, um aspeto a não desprezar em qualquer processo de investigação que envolve uma diversidade de intervenientes.

As entrevistas foram realizadas por fases: inicialmente, entrevistas com fins exploratórios, com o principal objetivo de recolher informações gerais sobre aspeto relacionados com a história e cultura do grupo étnico mancanha; em seguida, as entrevistas passaram a ter como objetivo aprofundar ou precisar informações sobre um ou outro aspeto relacionado com o tema de estudo. A maior parte das entrevistas foram realizadas mediante registos magnéticos, precedidas de um pedido de autorização. Houve momentos em que as informações foram registadas à mão. Em nenhum momento do processo da investigação se enfrentou resistência por parte de qualquer interlocutor sobre o tipo de registo que se pretendia efetuar. Houve sempre uma abertura da parte dos entrevistados, o que se explica, a meu ver, pelo tempo dedicado à criação de redes de relações e de confiança na fase inicial da pesquisa. O então régulo central dos mancanhas, tio Catirona Nala, entretanto, já falecido, foi uma peça fundamental na investigação não só como um informante-chave, conhecedor da história e cultura do seu povo, mas também como individualidade que abriu muitas portas de contacto com outras individualidades do mesmo grupo étnico.

Para sustentar as boas relações com os nossos informantes, sempre se teve em conta a comunicação dos resultados de cada etapa da investigação aos mesmos. Esta comunicação foi conduzida de várias maneiras: oferta de imagens fotografias tiradas durante o trabalho de terreno, doação de exemplares de todas as nossas publicações sobre o tema dos mancanhas, o que constituiu sempre motivo de satisfação por parte da comunidade e de orgulho pessoal, sobretudo quando tomaram conhecimento que as suas informações resultaram numa publicação. De acordo com a nossa experiência, esta é uma recomendação a seguir por qualquer investigador, na medida em que contribui para o reforço da confiança do investigador com o seu meio de estudo.

Os registos magnéticos foram transcritos, passando as informações a existir em suporte papel, com a conservação ao mesmo tempo dos registos magnéticos. Durante os primeiros (1988 – 2000/01) a investigação incidiu essencialmente no meio rural. A partir do ano 2000/1, a população mancanha residente no meio urbano passa a ser contemplada na análise.

A experiência demonstrou também a importância de diversificação das fontes de conservação das informações recolhidas no terreno, sobretudo em países com elevado risco de conflitos violentos. Durante o conflito político-militar que se abateu sobre a Guiné-Bissau em 1988-1999, com o seu epicentro na capital guineense, o INEP foi saqueado, tendo caído duas bombas no seu arquivo sonoro e audiovisual, o que fez desaparecer mais de três centenas de cassetes gravadas em projetos de investigação durante as suas cerca de duas décadas de existência, assim como uma considerável quantidade de registos. No entanto, os registos em suporte de papel foram salvos do sinistro.

Com o **inquérito por questionário** foi possível recolher informações primárias e quantitativas valiosas, as quais necessitavam de ilustrações com dados estatísticos, como por exemplo, a estrutura das famílias dos inquiridos, o tipo de ocupação dos mesmos, o nível de instrução, a relação de género, os aspetos relacionados com a habitação, entre outros. Por exemplo, a informação obtida para a área de habitação contribuíram para a compreensão de uma dimensão importante da rede de relações de solidariedade e de entreajuda existentes entre as famílias e os membros do grupo étnico mancanha em geral num sector tão importantes para quem vive na cidade de Bissau neste momento como o de habitação dos bairros estudados. A componente inquérito foi aplicada em duas fases, ambas no decurso do primeiro trimestre de 2005. Primeiro testou-se os questionários e, após a introdução das observações registadas, passou-se à sua aplicação. No total, foram aplicados 120 questionários, ou seja, 40 a cada uma das três associações (*sociétés*) estudadas. Na definição da amostra foi aplicado o critério geográfico ou seja, 40 elementos por cada associação dos três bairros estudados (Belém, Calequir e Luanda). O estudo incluiu uma quarta organização dos mancanhas, mas esta já com uma dimensão sub-regional. Trata-se da organização *Pkumel*, uma organização que promove a cultura do povo mancanha e a integração dos mancanhas da Guiné-Bissau, do Senegal e da Gâmbia.

Estando o presente estudo mais orientado para a análise qualitativa, a amostra tinha uma finalidade mais ilustrativa que representativa e/ou probabilística, conforme afirmam Fábio Appolinário e Robert E. Stake. Stake sustenta que «...a investigação com estudo de caso não é uma investigação por amostragem. Nós não estudamos um caso com o objectivo primário de entender outros casos. A nossa primeira obrigação é compreender esse caso específico»²⁷. Assim sendo, a amostra realizada no quadro do presente estudo

²⁷ Stake, R.. *A Arte da Investigação com Estudos de Caso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, p.20.

é enquadrável na tipologia das amostragens não-probalísticas de Fábio Appolinário²⁸.

Resta ainda explicar o porquê da escolha de quatro grupos em análise, e não os cinco inventariados durante a fase do diagnóstico sobre a existência de grupos mancanhas do tipo *société* na cidade de Bissau. A não inclusão de um dos grupos identificados no terreno, denominado *Na Nghâl Abr*²⁹ (Bairro Tchada), decorre do seu estado embrionário no momento, assim como das dificuldades em identificar interlocutores disponíveis para colaborar no trabalho que se pretendia desenvolver. Por conseguinte, para efeito do estudo, foram retidos só quatro grupos: o de Bairro Belém (*Nô djunta mon*³⁰), Bairro Calequir (*Nabika Nghâb*³¹), Bairro Luanda (*Bambote*³²) e *Pkumel*³³ (com sede também no bairro de Luanda). A escolha dos quatro Bairros residenciais foi orientada pela existência dos grupos. Como se pode notar cada um dos quatro grupos encontrados corresponde a um dos três Bairros, excepto o Bairro de Luanda que alberga o grupo *Bambote* e *Pkumel*.

As informações recolhidas a partir da **observação** de terreno foram muito úteis não só para confirmar, na prática, muitas das informações recolhidas através de outras técnicas (a entrevista e o inquérito por questionário), mas também para a compreensão do sentido de muitas práticas veiculadas em diferentes momentos de contacto com os membros da comunidade em estudo. Com apoio de alguns membros das *sociétés* estudadas (nossos pontos focais), participou-se numa série de atividades organizadas pelos membros das diferentes organizações dentro e fora de Bissau (reuniões, rituais de *toca-choro*, outro tipo de encontros).

Tratando-se de um estudo sobre estratégias de vivência e de sobrevivência, o recurso à técnica de **história de vida** foi suma importância, na medida em que o próprio tema de estudo está relacionado com o percurso de vida das pessoas³⁴.

²⁸ Para Fábio Appolinário, existem dois grandes grupos de amostragem: as amostragens probabilísticas (agrupadas em aleatórias simples, estratificadas, sistemáticas, por conglomerados e as de múltiplos estágios) e as não-probabilísticas (estas últimas agrupadas em amostragem bola de neve, por conveniência e a amostragem por quotas). As do primeiro tipo são aqueles em que todos os membros da população têm a mesma probabilidade estatística de serem selecionados para compor a amostra, ao passo que as do segundo tipo apresentam outros critérios de seleção, não ligados à teoria das probabilidades (Appolinário, F. *Metodologia da Ciência: Filosofia e Prática da Pesquisa*. São Paulo: Thomson, 2006, p.115).

²⁹ Expressão macanha que significa em português “quem quer vir juntar-se a nós pode vir”.

³⁰ Expressão do crioulo da Guiné-Bissau que significa em português “unir esforços”.

³¹ Expressão macanha que significa em português “hão de vir ao nosso encontro”.

³² Expressão macanha que significa em português “os que vivem em harmonia”.

³³ Expressão macanha que significa em português “forquilha”, no sentido de um suporte.

³⁴ Marconi, M. e Lakatos, E. *op. cit.*, p.121

Assim, as histórias de vida contadas pelos interlocutores permitiram construir uma série de autobiografias, que constituíram um complemento importante ao resto das fontes de informação (entrevistas, inquérito, observação) no que concerne a identificação das ações (individuais e coletivas) dos interlocutores na sua luta pela vivência e sobrevivência. Fazendo parte do grupo das fontes orais, a história de vida torna-se indispensável em contextos de países com elevada taxa de analfabetismo e com graves problemas de acesso à informação escrita, como acontece neste momento na Guiné-Bissau.

5. Estrutura do Trabalho

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, a saber:

Capítulo I, em que se trata de aspectos relacionados com os diferentes tipos de contextos (político, económico e outros) em diferentes períodos históricos e o seu impacto no dia-a-dia da vida das populações. Através de uma recolha de informação o mais exaustiva possível, sobre os diferentes aspectos da vida socioeconómica que caracterizam a Guiné-Bissau, pretende-se demonstrar como a permanente instabilidade política (golpes de estado, ódio entre diferentes frações das Forças Armadas, etc.) e a ausência de políticas de desenvolvimento claras não permitiram o país criar bases para uma melhoria das condições de vida da esmagadora maioria da população. Volvidas mais de três décadas após a conquista da independência política (1973/74), a Guiné-Bissau continua a figurar dentro do grupo dos últimos cinco países com índice de desenvolvimento humano mais baixo a nível mundial. Em 2008, a Guiné-Bissau ocupava a 175^a posição em termos de desempenho de índice de desenvolvimento humano na lista dos 177 países elaborada pelo PNUD³⁵. A esperança de vida dos guineenses estima-se em cerca de 47 anos. Cerca de 80% dos habitantes da Guiné-Bissau vivem na condição de pobres, dos quais 20% são afetados por uma pobreza absoluta ou seja, vivem com menos de 2 dólares americanos por dia. O analfabetismo afeta mais de 60% da população.

Capítulo II, em que se desenvolve todo um debate à volta de alguns conceitos considerados úteis para a abordagem das “Estratégias de vivência e sobrevivência em contexto de crise: Os mancanhas na cidade de Bissau”, tais como “desenvolvimento”, “etnia”, “sector formal/informal”, “pobreza”, “crise”, “capital social”, “rural/urbano”, entre outros.

Capítulo III, em que se analisam os aspectos relacionados com a vida socio-económica e política do grupo étnico mancanha, desde os aspectos da sua história étnica, estrutura social, vida religiosa, as características das suas migrações de (internas e externas) às suas formas de organização e ocupação nos lugares de imigração, como em Bissau.

³⁵ UNDP. *Human Development Report 1997*. New York: United Nations Development Programme, 1997.

Capítulo IV, que se analisa o contexto socioeconómico criado na Guiné-Bissau com a adesão do país ao Programa de Ajustamento Estrutural em geral e a reação da população urbana face a essa adesão, em particular.

Capítulo V, em que se examina as formas concretas de ação da população mancanha na cidade de Bissau que serviram de atenuantes face a difícil situação económica e social que a Guiné-Bissau vem enfrentando ao longo dos tempos. A análise centrou-se sobre as *sociétés*, um nome genérico a que os mancanhas dão às suas organizações de base comunitária, entendido como tipo de organização que surge no interior das comunidades, sem que seja induzida por fatores externos, e cuja existência é sustentada pelo esforço dos seus membros.

O capítulo das conclusões sintetiza, entre outros, os principais aspectos caracterizadores do tipo de organizações estudadas e as principais estratégias de sobrevivência adotadas pelos seus membros em contexto tão adverso como o que a população urbana da Guiné-Bissau tem vindo a enfrentar desde há décadas. Em ralação ao primeiro aspeto, o estudo realça as características que se seguem:

- o seu formato étnico, sendo 100% dos seus membros da etnia mancanha, não obstante o discurso dos seus membros sobre as condições de adesão apontar para uma abertura para os elementos de outras etnias;
- a sua natureza sincretista – ou seja, a combinação de elementos da cultura tradicional dos mancanhas (cumprimentos de cerimónias e festas tradicionais) com os da modernidade (a existência de nomenclaturas tais como: polícia, presidente, vice presidente e uso de uniformes);
- a sua composição mista (homens e mulheres juntos);
- a estreita articulação entre o urbano-rural, em vez de existência de *sociétés* no meio urbano e no meio rural;
- a sua multifuncionalidade, mediante o desempenho de várias funções como o reforço da coesão social – através de desenvolvimento de ações de promoção e salvaguarda da identidade mancanha no campo e na cidade, incentivo de ações de solidariedade e entreajuda entre os membros, ações económicas desempenhando, por vezes, mesmo a função de instituição bancária oferecendo facilidades de crédito financeiro aos seus membros para estes poderem resolver determinados problemas, sobretudo quando se trata de preocupações relacionadas com a alimentação, saúde ou educação;
- predomínio de ocupação dos membros fora da chamada economia formal (apenas 22% dos inquéritos declararam como principal ocupação uma atividade nos setores formais, público e privado);
- a falta de confiança nas instituições oficiais (setores público e privado).

No que concerne ao segundo aspeto, foram identificados três principais tipos de estratégias de sobrevivência adotadas pelos membros e famílias das diferentes *sociétés* estudadas, a saber:

- diversificação de atividades: a mesma pessoa desenvolve contemporaneamente mais do que uma atividade de rendimento, entre duas a cinco atividades;
- dispersão dos membros das famílias, procurando colocar-se membros da famílias em espaços geográficos diferentes com intuito de criar maiores oportunidades de acesso a` recursos para a família. A emigração para o estrangeiro representa a maior ambição dos membros das famílias entrevistadas.
- a mobilização das redes de solidariedade e de entreajuda. As ações de solidariedade, através de várias formas de entreajudas, funcionam não só entre os habitantes do campo e os habitantes da cidade, mas também entre os dois espaços. Os fluxos da ajuda mútua ocorrem nos dois sentidos, ou seja, da cidade para o campo e do campo para a cidade. O domínio de habitação, que neste momento representa um grande peso para os moradores de Bissau, é dos setores onde se nota o impacto das redes de solidariedade e de entreajuda nas famílias. Um número considerável de famílias vive em casas emprestadas por familiares e/ou amigos: na organização *Bambote* (32,5% dos inquiridos), *Na bika Nghal* (57.5%, e *Nô Djunta Mon* (41.9%).